

FH classifica de criminosas as remarcações de preços

SÃO PAULO — O primeiro encontro oficial do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, com os empresários paulistas, realizado ontem na Federação das Indústrias do Estado São Paulo (Fiesp), não foi nada amistoso. O ministro afirmou que as remarcações de preços que vêm sendo feitas pelas empresas são criminosas. Segundo ele, não houve qualquer aumento de custos que justifique os reajustes. O recado do ministro veio junto com um pedido de colaboração efetiva por parte do empresariado.

— Poderiam começar retirando as ações na Justiça contra a cobrança de impostos, e os bancos poderiam pagar o PIS. Isso não vai resolver o problema da inflação, mas ajudaria muito a tirar do sufoco a Previdência — disse Fernando Henrique, ponderando que, embora não disponha dos números exatos, isso representaria um reforço de US\$ 5 bilhões.

Segundo o ministro, todos os setores integrados da sociedade, da classe média para cima, incluindo o Governo, as empresas, os sindicatos organizados e os bancos, se beneficiam ou pelo menos não perdem com a inflação. A inflação, ressaltou Fernando Henrique, é perversa para a grande massa da população que não tem contas remuneradas



Cláudio Rossi

Fernando Henrique conversa com Mário Amato e Moreira Ferreira na Fiesp

das e vive na miséria.

— Hoje, a elite brasileira tem uma visão muito curta, mas já temos uma renda média per capita que daria para dar uma vida mais decente para os brasileiros. Pode haver intenções individuais nas ações, mas no coletivo não demonstramos que queremos acabar com essa miséria — disse.

O ministro da Fazenda conversou longamente com o presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, e com o primeiro vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (e ex-presidente da Fiesp), Mário Amato,

e se mostrou favorável à quebra do monopólio estatal na área de telecomunicações e em alguns setores hoje dominados pela Petrobrás e suas controladas.

Esses temas, que serão discutidos na reforma constitucional, marcada para outubro, devem ser precedidos de uma reforma tributária e fiscal ampla. Com relação à privatização, ele afirmou, contudo, que a intenção do Governo federal é procurar sempre preservar o patrimônio público.

— Não podemos vender essas empresas a troco de banana — declarou.